



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO**  
**AMBIENTE**

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

### **1. DO OBJETO:**

**1.1.** presente termo de referência tem por objeto Registro de Preços para **Contratação de empresa para Confeccões de Materiais Gráficos**, para atender as necessidades dos setores desta Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente conforme a **Solicitação de Materiais/Serviços n° 00148/24**.

### **2. JUSTIFICATIVA E RESULTADOS ESPERADOS:**

**2.1.** A **Contratação de empresa para Confeccões de Materiais Gráficos** especificados é essencial para continuidade e manutenção dos serviços realizados a todos os setores da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, tendo em vista sua constante necessidade de material gráfico de uso corrente no administrativo e na dispensação de receitas e exames médicos, como também mapas de produção, panfletos e banners para campanhas de saúde e prevenção de doenças, blocos entre outros. Conforme especificado neste Termo de Referência e modelos em anexo, a presente licitação visa repor e manter o estoque de material gráfico, tendo em vista que tal material é essencial à continuidade e manutenção dos serviços realizados por esta secretaria.

**2.2.** Esta Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente espera como resultado avançar em melhoria de qualidade no atendimento da aos usuários do SUS, melhoria na comunicação institucional, apoio às atividades educativas, o fortalecimento entre outras atividades advindas da secretaria.

### **3. ESPECIFICAÇÕES:**

**3.1.** As especificações e as quantidades de material descritos na **solicitação de materiais/serviços de n° 00148/24** se encaixam nas necessidades desta Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO**  
**AMBIENTE**

3.2. A aquisição do objeto será por nota de empenho autorizada e devidamente assinada pelo secretário da pasta ao preposto indicado pela CONTRATADA, discriminando todas as informações necessárias, de acordo com a solicitação da secretaria.

3.3. Deverão estar incluídos na estimativa de preço todos os tributos, tarifas, emolumentos, encargos sociais e trabalhistas, insumos, contribuições ou obrigações decorrentes da legislação trabalhista, fiscal e previdenciária, além dos custos da execução do objeto.

#### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:**

4.1. Realizar a presente aquisição, de forma a atender a demanda da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente. Sendo assim, a CONTRATADA deverá realizar as entregas em perfeitas condições, não sendo aceitos itens que estiverem em desacordo com as especificações da licitação.

#### **5. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:**

5.1. Trata-se de bens/serviço comum, de natureza contínua, a ser adquirido mediante licitação, na modalidade de **Pregão Eletrônico** do tipo menor preço por item através do procedimento auxiliar do **Sistema de Registro de Preço** em conformidade com os incisos I e II do art. 3º do Decreto Nº 11.462/2023.

#### **6. REQUISITOS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

6.1. A empresa adjudicatária deverá atender ao pedido imediatamente mediante solicitação do item descrito, **de acordo com a nota de empenho** emitido pela CONTRATANTE.

6.2. O fornecedor deverá realizar a entrega do material de acordo com o especificado em Termo de Referência, bem como na solicitação de materiais/serviços vinculada a esta aquisição.

6.3. Deverá entregar sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE, o objeto da licitação, necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados na entrega do objeto licitado, sempre que a ela imputáveis.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO**  
**AMBIENTE**

**7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

7.1. Como se trata de bem essencialmente comum, portanto de relativa facilidade de ser produzido, não exigindo conhecimentos técnicos de larga escala, a qualificação técnica dos licitantes deverá ser analisada apenas nos aspectos da idoneidade e regularidade fiscal/administrativa, na forma do edital a ser delineado pela CPL, em tudo consoante aos dispositivos legais vigentes.

**8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:**

8.1 A estimativa do valor da presente contratação pode ser observado no anexo do Estudo Técnico Preliminar vinculado a este Termo de Referência.

**9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

9.1. Entregar o objeto da licitação conforme solicitado e em tempo hábil.

9.2. Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificações exigidas para a contratação.

9.3. Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações sociais e trabalhistas dos seus empregados e outros que venha a contratar para o cumprimento de suas atribuições.

9.4. Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais decorrentes da execução do presente processo licitatórias.

9.5. Apresentar os documentos que comprovem estarem cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na contratação, em especial os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

9.6. Permitir aos servidores credenciados pela CONTRATANTE fiscalizar, acompanhar, controlar, avaliar, recusar, qualquer objeto que não atenda às exigências que lhe forem solicitadas por escrito.

9.7. Entregar, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE, o objeto da licitação, necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados na entrega do objeto licitado, sempre que a ela imputáveis.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO**  
**AMBIENTE**

9.8. Responder pelos materiais entregues nos prazos estipulados. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE sobre qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros dados necessários para o recebimento de correspondências.

**10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

10.1. Acompanhar e fiscalizar a entrega, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela.

10.2. Receber provisória e definitivamente o objeto nas formas definidas, certificando as notas fiscais.

10.3. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com a forma e os prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

10.4. Coordenar a entrega do objeto da licitação deste termo, com vistas à sua fiel execução, com amplos poderes para recusá-los ou sustá-los, desde que não estejam de acordo com os termos estabelecidos.

10.5. Notificar à CONTRATADA por escrito a ocorrência de irregularidades na entrega do objeto licitado.

10.6. Fornecer à CONTRATADA as informações e demais elementos pertinentes à execução do presente Termo.

**11. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO:**

11.1. O objeto deverá ser entregue de acordo com as especificações e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

11.2. A entrega do objeto será acompanhada e fiscalizada pela Comissão de Recebimento de Bem, sendo esta devidamente designada por esta Administração, além de um servidor do Almoarifado Central e pela CONTRATANTE.

11.3. Os representantes da Comissão juntamente com um servidor do Almoarifado Central sob pena de responsabilização administrativa, anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a aquisição do objeto, determinando o que for necessário à





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO**  
**AMBIENTE**

regularização das faltas ou defeitos observados. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos representantes deverão ser solicitadas aos seus superiores, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

11.4. A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e esclarecimentos solicitados.

11.5. A fiscalização não exclui ou reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, nem a exime de manter fiscalização própria.

11.6. Não serão aceitos objetos que estiverem em desacordo com as especificações, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários, sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

## **12. CONDIÇÕES DA ENTREGA DO OBJETO:**

12.1. O objeto deverá ser entregue de acordo com as especificações e exigências estabelecidas neste termo de referencia, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

12.2. A entrega dos materiais deverá ser realizada no Almoxarifado Central deste município, localizado na Av. Vivaldo Carreta, nº 5100, RO 010.

12.3. A empresa adjudicatária deverá atender aos pedidos imediatamente mediante solicitação dos itens descritos, de acordo com a nota de empenho emitido pela CONTRATANTE.

12.4. Nos casos em que se verificarem vícios, erros ou incorreções, na quantidade ou marca dos objetos entregues, o responsável do Almoxarifado Central deverá recusar o recebimento do objeto e a empresa deverá efetuar uma nova entrega com as devidas correções, podendo sofrer sanções caso não seja efetuada dentro do prazo hábil para perfeita continuidade dos serviços públicos.

## **13. ACEITAÇÃO DO OBJETO:**

13.1. O objeto será recebido provisoriamente no almoxarifado central sobe conferencia do responsável.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO**  
**AMBIENTE**

13.2. O recebimento definitivo de cada solicitação será feito pela Comissão de Recebimento de Bens após a verificação da qualidade e quantidade do objeto e consequente aceitação, através da certificação na nota fiscal.

**14. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA:**

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

**15. DO PAGAMENTO:**

15.1. O pagamento será faturado mediante apresentação da ordem de serviço e nota fiscal devidamente certificada pelo fiscal de contrato.

15.2. O prazo de pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados da data da emissão do documento de crédito, isento de erros, e após a aceitação da execução do objeto licitado.

15.3. A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura informações da empresa informando o Banco, a Agência e o número da Conta a ser depositado o pagamento, não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

15.4. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

15.5. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

15.6. Deve acompanhar a Nota Fiscal/Fatura toda a documentação necessária à comprovação de que o contratado mantém-se regular em todas as condições previstas para habilitação no certame tais como:

- A. Certificado de Regularidade do FGTS;
- B. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO**  
**AMBIENTE**

C. Certidão Negativa de Tributos Estaduais da Sefin (Finalidade: Outras Transações de Qualquer Natureza com a Administração Pública);

D. Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

E. Certidão Negativa Municipal.

**16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS / PENALIDADES:**

16.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO**  
**AMBIENTE**

b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

**d) Multa:**

1. Moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

2. Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial;

16.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º) Termo de Referência.

16.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

16.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

16.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

16.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º) :







**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO**  
**AMBIENTE**

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

16.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art.160).

16.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

## **17. DA SUBCONTRATAÇÃO:**

17.1. A empresa contratada se obriga a **não subcontratar**, total ou parcialmente o fornecimento do objeto deste Termo de Referência.

17.2. É vedada a participação de consórcio, uma vez que o objeto a ser adquirido não é considerado de alta complexidade ou vulto.

## **18. VIGÊNCIA:**

18.1. O prazo de vigência será de 12 (doze) meses a partir da data de assinatura da Ata de Registro de Preço.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO**  
**AMBIENTE**

**19. GARANTIA:**

19.1. O objeto da presente licitação deverá ser entregue com garantia de qualidade dos produtos.

19.2. Requer ainda garantia na eficácia, eficiência e agilidade da empresa vencedora do certame nas entregas a serem realizadas, garantindo assim, a reposição desejável do estoque em tempo hábil.

19.3. A empresa vencedora deste certame deverá fornecer todo o suporte crucial para o uso da garantia, caso esta seja necessário ser acionada.

**20. MODALIDADE DE LICITAÇÃO:**

20.1. O certame licitatório será realizado nos termos da Lei nº 14.133/21 na modalidade de **Pregão Eletrônico** do tipo **menor preço por item** através do procedimento auxiliar do **Sistema de Registro de Preço** em conformidade com os incisos I e II do art. 3º do Decreto Nº 11.462/2023.

20.2. A modalidade de licitação ora escolhida não só confere maior celeridade ao processo, como também amplia o universo dos potenciais licitantes. Desse modo, entende-se que o interesse público será mais satisfatoriamente atendido mediante a adoção dessa modalidade.

20.3. Para a aquisição em questão não há qualquer necessidade específica a ser atendida. A escolha pode ser feita tão somente com base nos preços ofertados, haja vista serem comparáveis entre si, sem necessidade de avaliação minuciosa.

**21. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE:**

21.1. Adotar-se-á como critério de aceitabilidade de preços o de **menor preço por item**, desclassificando-se as propostas cujos preços o excedam, ou seja, manifestamente inexequíveis.

**22. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO:**

22.1. Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de **menor preço por item**, observadas as especificações definidas neste Termo de Referência.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO**  
**AMBIENTE**

**23. MODO DE DISPUTA:**

23.1. O modo de disputa a ser realizado será de acordo com o art. 56 da lei nº 14.133/2021.

**24. CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA E CATEGORIA**  
**ECONÔMICA:**

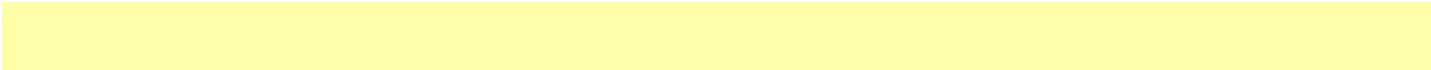
24.1. Projeto Atividade 2009 elemento de despesa 33.90.39 ficha 054.

24.2. Projeto Atividade 2012 elemento de despesa 33.90.39 ficha 059.

Novo Horizonte do Oeste RO, 22 de Outubro de 2024.

**ANTONIO SERGIO MACIEL**  
Secretária Municipal de  
Agricultura e Meio Ambiente  
Port. Nº 012/2021









Município de Novo Horizonte do Oeste

63.762.009/0001-50  
Av. Elza Vieira Lopes, 4803 Centro  
www.novohorizonte.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento		Identificação/Número		Data	
TERMO DE REFERENCIA SEMAGRI		04		22/10/2024	
ID:	206772			Processo	Documento
CRC:	22EE9765				
Processo:	1-468/2024				
Usuário:	CRISTIANO GONCALVES DELMONDES				
Criação:	22/10/2024 09:09:16	Finalização:	23/10/2024 08:42:18		
MD5:	354DAFD90265F40991DDEA52DE069290				
SHA256:	194370B10E0D6538A934A6980BB72532DC8A9247B06D275DF5AAA21F03252DAA				

Súmula/Objeto:

TERMO DE REFERENCIA SEMAGRI

INTERESSADOS

SECRETARIA MUN DE SAÚDE	22/10/2024 09:09:16
-------------------------	---------------------

ASSUNTOS

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO DE MATERIAS GRAFICOS	22/10/2024 09:09:16
--	---------------------

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.novohorizonte.ro.gov.br](https://transparencia.novohorizonte.ro.gov.br) informando o ID 206772 e o CRC 22EE9765.

## TERMO DE REFERÊNCIA 468

### 1. Informações básicas

Órgão: MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE (63.762.009/0001-50)

Nº do processo: 468/2024

Categoria do TR: Contratação de empresa para Confeccões de Materiais Gráficos

### 2. Definição do objeto

2.1. O presente Termo de Referência tem por objeto **Contratação de empresa para Confeccões de Materiais Gráficos**, com finalidade de atender a Secretaria Municipal de Fazenda, Administração e Planejamento. Conforme a Solicitação de Materiais Nº 00118/2024.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANTIDADE
01	FOLDER INFORMATIVO IMPRESSÃO COLORIDA SÓ FRENTE LARG. 21, ALT. 30. Confeccionado em Papel A4.	Und	300
02	FOLDER PAPEL COUCHE TM 10X15 C/ 2 DOBRAS	Und	200
03	PANFLETO INFORM. PAPEL COUCHE 15 X 21 FRENTE Com impressão colorida, com arte a definir.	Und	5000
04	CARIMBO AUTOMÁTICO Nº 4912 Carimbo auto entintados confeccionado em plástico resistente e leve, formato compacto com almofada integrada, base antiderrapante, janela visor na parte superior da empunhadura e bloqueio bilateral, cor preta e tinta preta.	Und	40
05	CARIMBO AUTOMÁTICO Nº 4910 Carimbo auto entintados confeccionado em plástico resistente e leve, formato compacto com almofada integrada, base antiderrapante, janela visor na parte superior da empunhadura e bloqueio bilateral, cor preta e tinta preta.	Und	40
06	CAPA PARA CARNE IPTU TAMANHO 42,3x10 CM, 120 g, sem verniz, 4x0 com impressão colorida, contendo: escritas e logo tipo institucionais (a definir).	Und	10000
07	BANNER EM LONA IMPRESSO 80CM X 120CM Banner medindo 80cm de largura por 120cm de altura com acabamento em perfil plastico, ponteiros e corda, com impressão colorida.	Und	10
08	LIVRETO TIPO GIBI - EM PAPAEL COUCHE TAMANHO 15 CMX 21 CM Capa: formato aberto 30x21cm, formato fechado 15x21cm, papel couchê brilho 230g, impressão 4x4 cores. Miolo: 06 ou 10 páginas, formato 15x21cm, papel offset 120g, impressão 4x4 cores. Acabamento: 2 grampos (cavalo). Com 12 folhas.	Und	1000
09	CRACHÁ DE IDENTIFICAÇÃO EM PVC PERSONALIZADO COM CORDÃO Cordão de crachá Tamanho: 20 mm x 85 cm. Confeccionado em fita de tecido com trama. Processo de gravação em silk-screen. Acompanha argola jacaré ou mosquete. Personalização a definir.	Und	50
10	CARNE DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS	Und	6000
11	CARIMBO AUTOMÁTICO 3911	Und	40
12	CAPA DEPARTAMENTO DE CADASTRO IMOBILIARIO Capa departamento de cadastro imobiliario na cor azul	Und	4000
13	BANNER HORIZONTAL TAMANHO GRANDE 1M X 5M	Und	10
14	ADESIVO PARA PLOTAGEM DE VEICULO COM OS SEGUINTE TAMANHOS. MEDINDO 50X20 MEDINDO 40X20 MEDINDO 30X20	M2	100
15	CAPA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO NA COR BRANCA COM 47 CM DE LARGURA COM 32,5 DE ALTURA	Und	3500

2.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.3. O custo estimado total da contratação é de R\$ **85.288,50** (Oitenta e cinco mil duzentos e oitenta e oito reais e cinquenta centavos), conforme custos unitários apostos em anexo.

### 3. Fundamentação da contratação

3.1. A contratação de empresa especializada para a confecção e impressão de materiais gráficos se faz necessária para o atendimento dos departamentos vinculados a Secretaria Municipal de Fazenda, Administração e planejamento. A aquisição destes materiais é imprescindível para o desenvolvimento das ações realizadas pelos diversos setores da administração, a futura contratação propiciará melhor planejamento, economia e desempenho daqueles que fazem uso deste tipo de material, evitando paralisações ou prejuízos decorrentes de material com estoque baixo ou indisponíveis.

3.2. A Fundamentação da Contratação e seus quantitativos encontram-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### 4. Descrição da solução



4.1. Trata-se de bens/serviço comum, de natureza contínua, a ser adquirido mediante licitação, na modalidade de Pregão Eletrônico do tipo menor preço por item através do procedimento auxiliar do Sistema de Registro de Preço em conformidade com os incisos I e II do art. 3º do Decreto Nº 11.462/2023, pois permite a compra conforme demanda e disponibilidade orçamentária.

4.2. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 5. Requisitos da contratação

5.1. Como se trata de bem essencialmente comum, portanto de relativa facilidade de ser produzido, não exigindo conhecimentos técnicos de larga escala, a qualificação técnica dos licitantes deverá ser analisada apenas nos aspectos da idoneidade e regularidade fiscal/administrativa, na forma do edital a ser delineado pela CPL, em tudo consoante aos dispositivos legais vigentes.

5.2. A aquisição do objeto será por nota de empenho autorizada e devidamente assinada pelo secretário da pasta ao preposto indicado pela CONTRATADA, discriminando todas as informações necessárias, de acordo com a solicitação da secretaria.

5.3. Deverão estar incluídos na estimativa de preço todos os tributos, tarifas, emolumentos, encargos sociais e trabalhistas, insumos, contribuições ou obrigações decorrentes da legislação trabalhista, fiscal e previdenciária, além dos custos de entrega do objeto.

5.4. *Sustentabilidade*: Conforme critérios de sustentabilidade inseridos na descrição do objeto, e também devem os requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis;

5.5. *Subcontratação*: Não é admitida a subcontratação do objeto contratual;

5.6. *Garantia da contratação*: Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## 6. Execução do objeto

6.1. O prazo para entrega dos materiais solicitados deverá ser entregues no prazo de até 20 (vinte) dias corridos, contados da data do (a) pedido e na quantidade demandada pela secretaria contratante;

6.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas, devidamente comprovadas, com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;

6.3. Os bens deverão ser entregues no endereço solicitado no pedido pela Secretaria Municipal contratante;

6.4. *Garantia manutenção e assistência técnica*: O prazo de garantia é estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## 7. Gestão do contrato

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;

7.6. *Fiscalização*: A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#));

7.7. *Fiscalização Técnica*: O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

7.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

7.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#));

7.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));

7.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#));

7.8. *Fiscalização Administrativa*: O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#));

7.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente



na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#));

#### 7.9. Gestor do Contrato:

7.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

7.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II);

7.9.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III)

7.9.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII);

7.9.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X);

7.9.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI);

7.9.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

### 8. Critérios de medição e pagamento

8.1. A entrega do objeto será faturada por total empenhado, de acordo com a quantidade e o valor dos itens efetivamente fornecidos;

8.2. O prazo de pagamento é de 30 (trinta) dias, contados da data do certificado de aceite pela Comissão de recebimento de bens/materiais, obras, serviços e avaliação de imóveis, isento de erros e certidões negativas que vier a ser solicitadas;

8.3. A entrega com alguma inadequação técnica dos materiais implicará no bloqueio do pagamento do valor a empresa;

8.4. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta;

8.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

8.6. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado;

8.7. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais;

8.8. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### 8.10. Liquidação:

8.10.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022;

8.10.1.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.10.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.10.2.1. O prazo de validade;

8.10.2.2. A data da emissão;

8.10.2.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

8.10.2.4. O período respectivo de execução do contrato;

8.10.2.5. O valor a pagar; e;

8.10.2.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;

8.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após





acomprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

A) Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

B) Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018);

8.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante;

8.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

8.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa;

8.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF;

8.18. *Prazo de pagamento*: O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#);

8.19. *Forma de pagamento*:

8.19.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado.

8.19.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.19.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.20. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 9. Critérios de seleção do fornecedor

9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

9.2. Forma de fornecimento

9.2.1 O fornecimento do objeto será integral Exigência de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### **Habilitação jurídica**

9.4. **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.5. **Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.7. **Sociedade empresária estrangeira**: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

9.8. **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária**: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Mercantis onde opera com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.10. **Sociedade cooperativa**: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

9.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista.**

9.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, com prova de regularidade quanto ao código CNAE compatível com o objeto da licitação;

9.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os



créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.16. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.17. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

9.20. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

9.21. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

9.21.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 01 (um);

9.21.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.21.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.21.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.22. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 20% do valor total estimado da contratação.

9.23. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.24. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

#### **Qualificação Técnica**

9.25. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.26. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.26.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

9.26.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.26.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

9.26.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

9.26.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.26.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

a) ata de fundação;

b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9.26.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

9.27. Comprovação que possui assistência técnica física devidamente homologada pelo fabricante no Estado de Rondônia, sendo



**10. Estimativas do valor da contratação**

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ **85.288,50** (Oitenta e cinco mil duzentos e oitenta e oito reais e cinquenta centavos). Conforme custo unitário apostos na tabela abaixo;

10.2. O preço estimado foi obtido a partir das médias dos valores pesquisados desconsiderando os valores inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados;

10.3. Devido à importância em garantir a eficiência e a adequação do procedimento às características específicas de cada processo licitatório, as estimativas de preços foram levantadas para cada unidade, da seguinte forma: O valor da contratação foi levantado através da Cotação de Preços com 04 (quatro) fornecedores diferentes para cada item. Esse tipo de medida visa estimar um valor através da média aplicada juntamente aos 04 (quatro) orçamentos recebidos, gerando o menor preço possível para cada item.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	EMPRESA	UND	QUANT.	VALOR UNIT.	MÉDIA DE PREÇO UNITÁRIO	MÉDIA DE PREÇO TOTAL
01	FOLDER INFORMATIVO IMPRESSÃO COLORIDA SÓ FRENTE LARG. 21, ALT. 30. Confeccionado em Papel A4.	R. Comachio Publicidade, inscrito no CNPJ sob nº 18.394.492/0001-02	UND	300	R\$ 2,29	2,42	726,00
		Grafica Center inscrito no CNPJ: 47.440.726/0001-09	UND	300	R\$ 2,30		
		M.da Silva Copiadora LTDA inscrito CNPJ: 04.471.458/0001-80	UND	300	R\$ 2,67		
		Adelso Ramos Sobrinho inscrito CNPJ: 40.788.617/0001-38	UND	300	N/C		
02	FOLDER PAPEL COUCHE TM 10X15 C/ 2 DOBRAS	R. Comachio Publicidade, inscrito no CNPJ sob nº 18.394.492/0001-02	UND	200	R\$ 1,60	1,62	324,00
		Grafica Center inscrito no CNPJ: 47.440.726/0001-09	UND	200	R\$ 1,55		
		M.da Silva Copiadora LTDA inscrito CNPJ: 04.471.458/0001-80	UND	200	N/C		
		Adelso Ramos Sobrinho inscrito CNPJ: 40.788.617/0001-38	UND	200	R\$ 1,70		
03	PANFLETO INFORM. PAPEL COUCHE 15 X 21 FRENTE Com impressão colorida, com arte a definir.	R. Comachio Publicidade, inscrito no CNPJ sob nº 18.394.492/0001-02	UND	5000	R\$ 0,30	0,36	1.800,00
		Grafica Center inscrito no CNPJ: 47.440.726/0001-09	UND	5000	R\$ 0,50		
		M.da Silva Copiadora LTDA inscrito CNPJ: 04.471.458/0001-80	UND	5000	R\$ 2,27		
		Adelso Ramos Sobrinho inscrito CNPJ: 40.788.617/0001-38	UND	5000	N/C		
04	CARIMBO AUTOMÁTICO Nº 4912 Carimbo auto entintados confeccionado em plástico resistente e leve, formato compacto com almofada integrada, base antiderrapante, janela visor na parte superior da empunhadura e bloqueio bilateral, cor preta e tinta preta.	R. Comachio Publicidade, inscrito no CNPJ sob nº 18.394.492/0001-02	UND	40	R\$ 85,00	73,33	2.933,20
		Grafica Center inscrito no CNPJ: 47.440.726/0001-09	UND	40	R\$ 90,00		
		M.da Silva Copiadora LTDA inscrito CNPJ: 04.471.458/0001-80	UND	40	R\$ 45,00		
		Adelso Ramos Sobrinho inscrito CNPJ: 40.788.617/0001-38	UND	40	N/C		
05	CARIMBO AUTOMÁTICO Nº 4910 Carimbo auto entintados confeccionado em plástico resistente e leve, formato compacto com almofada integrada, base antiderrapante, janela visor na parte superior da empunhadura e bloqueio bilateral, cor preta e tinta preta.	R. Comachio Publicidade, inscrito no CNPJ sob nº 18.394.492/0001-02	UND	40	R\$ 55,00	54,33	2.173,20
		Grafica Center inscrito no CNPJ: 47.440.726/0001-09	UND	40	R\$ 53,00		
		M.da Silva Copiadora LTDA inscrito CNPJ: 04.471.458/0001-80	UND	40	N/C		
		Adelso Ramos Sobrinho inscrito CNPJ: 40.788.617/0001-38	UND	40	R\$ 55,00		
06	CAPA PARA CARNÊ IPTU TAMANHO 42,3x10 CM,	R. Comachio Publicidade, inscrito no CNPJ sob nº	UND	10000	R\$ 0,75	0,65	6.500,00



	120 g, sem verniz, 4x0 com impressão colorida, contendo: escritas e logo tipo institucionais (a definir).	18.394.492/0001-02					
		Grafica Center inscrito no CNPJ: 47.440.726/0001-09	UND	10000	R\$ 0,78		
		M.da Silva Copiadora LTDA inscrito CNPJ: 04.471.458/0001-80	UND	10000	R\$ 0,42		
		Adelso Ramos Sobrinho inscrito CNPJ: 40.788.617/0001-38	UND	10000	N/C		
07	BANNER EM LONA IMPRESSO 80CM X 120CM Banner medindo 80cm de largura por 120cm de altura com acabamento em perfil plastico, ponteiros e corda, com impressão colorida.	R. Comachio Publicidade, inscrito no CNPJ sob n° 18.394.492/0001-02	UND	10	R\$ 130,00	111,00	1.110,00
		Grafica Center inscrito no CNPJ: 47.440.726/0001-09	UND	10	R\$ 133,00		
		M.da Silva Copiadora LTDA inscrito CNPJ: 04.471.458/0001-80	UND	10	R\$ 70,00		
		Adelso Ramos Sobrinho inscrito CNPJ: 40.788.617/0001-38	UND	10	N/C		
08	LIVRETO TIPO GIBI - EM PAPAEL COUCHE TAMANHO 15 CMX 21 CM Capa: formato aberto 30x21cm, formato fechado 15x21cm, papel couchê brilho 230g, impressão 4x4 cores. Miolo: 06 ou 10 páginas, formato 15x21cm, papel offset 120g, impressão 4x4 cores. Acabamento: 2 grampos (cavalo). Com 12 folhas.	R. Comachio Publicidade, inscrito no CNPJ sob n° 18.394.492/0001-02	UND	1000	R\$ 4,80	4,82	4.820,00
		Grafica Center inscrito no CNPJ: 47.440.726/0001-09	UND	1000	R\$ 4,95		
		M.da Silva Copiadora LTDA inscrito CNPJ: 04.471.458/0001-80	UND	1000	N/C		
		Adelso Ramos Sobrinho inscrito CNPJ: 40.788.617/0001-38	UND	1000	R\$ 4,70		
09	CRACHÁ DE IDENTIFICAÇÃO EM PVC PERSONALIZADO COM CORDÃO Cordão de crachá Tamanho: 20 mm x 85 cm. Confeccionado em fita de tecido com trama. Processo de gravação em silk-screen. Acompanha argola jacaré ou mosquete. Personalização a definir.	R. Comachio Publicidade, inscrito no CNPJ sob n° 18.394.492/0001-02	UND	50	R\$ 40,00	35,00	1.750,00
		Grafica Center inscrito no CNPJ: 47.440.726/0001-09	UND	50	R\$ 41,00		
		M.da Silva Copiadora LTDA inscrito CNPJ: 04.471.458/0001-80	UND	50	R\$ 24,00		
		Adelso Ramos Sobrinho inscrito CNPJ: 40.788.617/0001-38	UND	50	N/C		
10	CARNE DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS	R. Comachio Publicidade, inscrito no CNPJ sob n° 18.394.492/0001-02	UND	6000	R\$ 1,05	1,08	6.480,00
		Grafica Center inscrito no CNPJ: 47.440.726/0001-09	UND	6000	R\$ 1,09		
		M.da Silva Copiadora LTDA inscrito CNPJ: 04.471.458/0001-80	UND	6000	N/C		
		Adelso Ramos Sobrinho inscrito CNPJ: 40.788.617/0001-38	UND	6000	R\$ 1,10		
11	CARIMBO AUTOMÁTICO 3911	R. Comachio Publicidade, inscrito no CNPJ sob n° 18.394.492/0001-02	UND	40	R\$ 75,00	60,67	2.426,80
		Grafica Center inscrito no CNPJ: 47.440.726/0001-09	UND	40	R\$ 72,00		
		M.da Silva Copiadora LTDA inscrito CNPJ: 04.471.458/0001-80	UND	40	R\$ 35,00		
		Adelso Ramos Sobrinho inscrito CNPJ: 40.788.617/0001-38	UND	40	N/C		
12	CAPA DEPARTAMENTO DE CADASTRO IMOBILIARIO Capa departamento de cadastro imobiliario na cor azul	R. Comachio Publicidade, inscrito no CNPJ sob n° 18.394.492/0001-02	UND	4000	R\$ 2,30	2,22	8.880,00
		Grafica Center inscrito no CNPJ: 47.440.726/0001-09	UND	4000	2,15		
		M.da Silva Copiadora LTDA inscrito CNPJ: 04.471.458/0001-80	UND	4000	N/C		

		Adelso Ramos Sobrinho inscrito CNPJ: 40.788.617/0001-38	UND	4000	R\$ 2,20		
13	BANNER HORIZONTAL TAMANHO GRANDE 1M X 5M	R. Comachio Publicidade, inscrito no CNPJ sob nº 18.394.492/0001-02	M2	10	R\$ 700,00	608,33	6.083,30
		Grafica Center inscrito no CNPJ: 47.440.726/0001-09	M2	10	R\$ 705,00		
		M.da Silva Copiadora LTDA inscrito CNPJ: 04.471.458/0001-80	M2	10	R\$ 420,00		
		Adelso Ramos Sobrinho inscrito CNPJ: 40.788.617/0001-38	M2	10	N/C		
14	ADESIVO PARA PLOTAGEM DE VEICULO COM OS SEGUINTE TAMANHOS. MEDINDO 50X20 MEDINDO 40X20 MEDINDO 30X20	R. Comachio Publicidade, inscrito no CNPJ sob nº 18.394.492/0001-02	UND	100	R\$ 200,00	165,67	16.567,00
		Grafica Center inscrito no CNPJ: 47.440.726/0001-09	UND	100	R\$ 197,00		
		M.da Silva Copiadora LTDA inscrito CNPJ: 04.471.458/0001-80	UND	100	R\$ 100,00		
		Adelso Ramos Sobrinho inscrito CNPJ: 40.788.617/0001-38	UND	100	N/C		
15	CAPA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO NA COR BRANCA COM 47 CM DE LARGURA COM 32,5 DE ALTURA	R. Comachio Publicidade, inscrito no CNPJ sob nº 18.394.492/0001-02	UND	3500	R\$ 7,00	6,49	22.715,00
		Grafica Center inscrito no CNPJ: 47.440.726/0001-09	UND	3500	R\$ 6,98		
		M.da Silva Copiadora LTDA inscrito CNPJ: 04.471.458/0001-80	UND	3500	R\$ 5,50		
		Adelso Ramos Sobrinho inscrito CNPJ: 40.788.617/0001-38	UND	3500	N/C		
<b>VALOR TOTAL</b>							<b>85.288,50</b>

#### 11. Adequação orçamentária

11. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

11.1. Projeto Atividade 2004 elemento de despesa 33.90.39 ficha 23.

#### 12. Responsáveis

**Cleiton Adriane Cheregatto**  
Prefeito Municipal

**Jocsã Rodrigues Borba**  
Secretário Municipal de Fazenda, Administração e Planejamento









Município de Novo Horizonte do Oeste

63.762.009/0001-50  
Av. Elza Vieira Lopes, 4803 Centro  
www.novohorizonte.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento		Identificação/Número		Data
TERMO DE REFERENCIA SEMFAP		03		17/10/2024
ID:	206171	<div>Processo</div> 	<div>Documento</div> 	
CRC:	00084E7E			
Processo:	1-468/2024			
Usuário:	LUCIENE VENÂNCIO DE ANDRADE			
Criação:	17/10/2024 12:43:59			
MD5:	1000267D18EFBED3FD2693DD3E7E7F86			
SHA256:	BDBE726E57FC7DCA78920825BBDCC17FA30363A89C1371D83C879D5B333A7D94			

Súmula/Objeto:

TERMO DE REFERENCIA SEMFAP

INTERESSADOS

SECRETARIA MUN DE SAÚDE	17/10/2024 12:43:59
-------------------------	---------------------

ASSUNTOS

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO DE MATERIAS GRAFICOS	17/10/2024 12:43:59
--	---------------------

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.novohorizonte.ro.gov.br](https://transparencia.novohorizonte.ro.gov.br) informando o ID 206171 e o CRC 00084E7E.



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DO OBJETO:**

1.1. presente termo de referência tem por objeto Registro de Preços para **Contratação de empresa para Confecções de Materiais Gráficos**, para atender as necessidades dos setores desta Secretaria Municipal de Assistência Social conforme a **Solicitação de Materiais/Serviços nº 00092/24**.

**2. JUSTIFICATIVA E RESULTADOS ESPERADOS:**

2.1. A **Contratação de empresa para Confecções de Materiais Gráficos** especificados é essencial para continuidade e manutenção dos serviços realizados a todos os setores da Secretaria Municipal de Assistência Social, tendo em vista sua constante necessidade de material gráfico de uso corrente no administrativo e na prestação de serviço aos usuários do SUAS, como também panfletos e banners para campanhas de conscientizações e prevenções, pastas entre outros. Conforme especificado neste Termo de Referência e modelos em anexo, a presente licitação visa repor e manter o estoque de material gráfico, tendo em vista que tal material é essencial à continuidade e manutenção dos serviços realizados por esta secretaria.

2.2. Esta Secretaria Municipal de Assistência Social espera como resultado avançar em melhoria de qualidade no atendimento da aos usuários do SUAS, melhoria na comunicação institucional, aumento da eficiência das campanhas, apoio às atividades educativas, o fortalecimento das ações de informações a comunidade, entre outras atividades advindas da Secretaria de Assistência Social.

**3. ESPECIFICAÇÕES:**

3.1. As especificações e as quantidades de material descritos na **solicitação de materiais/serviços de nº 00092/24** se encaixam nas necessidades desta Secretaria Municipal de Assistência Social.







**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

3.2. A aquisição do objeto será por nota de empenho autorizada e devidamente assinada pelo secretário da pasta ao preposto indicado pela CONTRATADA, discriminando todas as informações necessárias, de acordo com a solicitação da secretaria.

3.3. Deverão estar incluídos na estimativa de preço todos os tributos, tarifas, emolumentos, encargos sociais e trabalhistas, insumos, contribuições ou obrigações decorrentes da legislação trabalhista, fiscal e previdenciária, além dos custos da execução do objeto.

**4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:**

4.1. Realizar a presente aquisição, de forma a atender a demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social. Sendo assim, a CONTRATADA deverá realizar as entregas em perfeitas condições, não sendo aceitos itens que estiverem em desacordo com as especificações da licitação.

**5. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:**

5.1. Trata-se de bens/serviço comum, de natureza contínua, a ser adquirido mediante licitação, na modalidade de **Pregão Eletrônico** do tipo menor preço por item através do procedimento auxiliar do **Sistema de Registro de Preço** em conformidade com os incisos I e II do art. 3º do Decreto Nº 11.462/2023.

**6. REQUISITOS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

6.1. A empresa adjudicatária deverá atender ao pedido imediatamente mediante solicitação do item descrito, **de acordo com a nota de empenho** emitido pela CONTRATANTE.

6.2. O fornecedor deverá realizar a entrega do material de acordo com o especificado em Termo de Referência, bem como na solicitação de materiais/serviços vinculada a esta aquisição.

6.3. Deverá entregar sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE, o objeto da licitação, necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados na entrega do objeto licitado, sempre que a ela imputáveis.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

7.1. Como se trata de bem essencialmente comum, portanto de relativa facilidade de ser produzido, não exigindo conhecimentos técnicos de larga escala, a qualificação técnica dos licitantes deverá ser analisada apenas nos aspectos da idoneidade e regularidade fiscal/administrativa, na forma do edital a ser delineado pela CPL, em tudo consoante aos dispositivos legais vigentes.

**8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:**

8.1 A estimativa do valor da presente contratação pode ser observado no anexo II do Estudo Técnico Preliminar vinculado a este Termo de Referência.

**9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

9.1. Entregar o objeto da licitação conforme solicitado e em tempo hábil.

9.2. Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificações exigidas para a contratação.

9.3. Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações sociais e trabalhistas dos seus empregados e outros que venha a contratar para o cumprimento de suas atribuições.

9.4. Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais decorrentes da execução do presente processo licitatórias.

9.5. Apresentar os documentos que comprovem estarem cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na contratação, em especial os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

9.6. Permitir aos servidores credenciados pela CONTRATANTE fiscalizar, acompanhar, controlar, avaliar, recusar, qualquer objeto que não atenda às exigências que lhe forem solicitadas por escrito.

9.7. Entregar, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE, o objeto da licitação, necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados na entrega do objeto licitado, sempre que a ela imputáveis.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

9.8. Responder pelos materiais entregues nos prazos estipulados. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE sobre qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros dados necessários para o recebimento de correspondências.

**10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

10.1. Acompanhar e fiscalizar a entrega, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela.

10.2. Receber provisória e definitivamente o objeto nas formas definidas, certificando as notas fiscais.

10.3. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com a forma e os prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

10.4. Coordenar a entrega do objeto da licitação deste termo, com vistas à sua fiel execução, com amplos poderes para recusá-los ou sustá-los, desde que não estejam de acordo com os termos estabelecidos.

10.5. Notificar à CONTRATADA por escrito a ocorrência de irregularidades na entrega do objeto licitado.

10.6. Fornecer à CONTRATADA as informações e demais elementos pertinentes à execução do presente Termo.

**11. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO:**

11.1. O objeto deverá ser entregue de acordo com as especificações e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

11.2. A entrega do objeto será acompanhada e fiscalizada pela Comissão de Recebimento de Bem, sendo esta devidamente designada por esta Administração, além de um servidor do Almoxarifado Central e pela CONTRATANTE.

11.3. Os representantes da Comissão juntamente com um servidor do Almoxarifado Central sob pena de responsabilização administrativa, anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a aquisição do objeto, determinando o que for necessário à





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

regularização das faltas ou defeitos observados. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos representantes deverão ser solicitadas aos seus superiores, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

11.4. A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e esclarecimentos solicitados.

11.5. A fiscalização não exclui ou reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, nem a exime de manter fiscalização própria.

11.6. Não serão aceitos objetos que estiverem em desacordo com as especificações, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários, sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

**12. CONDIÇÕES DA ENTREGA DO OBJETO:**

12.1. O objeto deverá ser entregue de acordo com as especificações e exigências estabelecidas neste termo de referencia, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

12.2. A entrega dos materiais deverá ser realizada no Almoxarifado Central deste município, localizado na Av. Vivaldo Carreta, nº 5100, RO 010.

12.3. A empresa adjudicatária deverá atender aos pedidos imediatamente mediante solicitação dos itens descritos, de acordo com a nota de empenho emitido pela CONTRATANTE.

12.4. Nos casos em que se verificarem vícios, erros ou incorreções, na quantidade ou marca dos objetos entregues, o responsável do Almoxarifado Central deverá recusar o recebimento do objeto e a empresa deverá efetuar uma nova entrega com as devidas correções, podendo sofrer sanções caso não seja efetuada dentro do prazo hábil para perfeita continuidade dos serviços públicos.

**13. ACEITAÇÃO DO OBJETO:**

13.1. O objeto será recebido provisoriamente no almoxarifado central sobe conferência do responsável.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

13.2. O recebimento definitivo de cada solicitação será feito pela Comissão de Recebimento de Bens após a verificação da qualidade e quantidade do objeto e consequente aceitação, através da certificação na nota fiscal.

**14. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA:**

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

**15. DO PAGAMENTO:**

15.1. O pagamento será faturado mediante apresentação da ordem de serviço e nota fiscal devidamente certificada pelo fiscal de contrato.

15.2. O prazo de pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados da data da emissão do documento de crédito, isento de erros, e após a aceitação da execução do objeto licitado.

15.3. A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura informações da empresa informando o Banco, a Agência e o número da Conta a ser depositado o pagamento, não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

15.4. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

15.5. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

15.6. Deve acompanhar a Nota Fiscal/Fatura toda a documentação necessária à comprovação de que o contratado mantém-se regular em todas as condições previstas para habilitação no certame tais como:

- A. Certificado de Regularidade do FGTS;
- B. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

- C. Certidão Negativa de Tributos Estaduais da Sefin (Finalidade: Outras Transações de Qualquer Natureza com a Administração Pública);
- D. Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- E. Certidão Negativa Municipal.

**16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS / PENALIDADES:**

16.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

d) **Multa:**

1. Moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

2. Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial;

16.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º) Termo de Referência.

16.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

16.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

16.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

16.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º) :





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

16.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

16.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

## **17. DA SUBCONTRATAÇÃO:**

17.1. A empresa contratada se obriga a **não subcontratar**, total ou parcialmente o fornecimento do objeto deste Termo de Referência.

17.2. É vedada a participação de consórcio, uma vez que o objeto a ser adquirido não é considerado de alta complexidade ou vulto.

## **18. VIGÊNCIA:**

18.1. O prazo de vigência será de 12 (doze) meses a partir da data de assinatura da Ata de Registro de Preço.







**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**19. GARANTIA:**

19.1. O objeto da presente licitação deverá ser entregue com garantia de qualidade dos produtos.

19.2. Requer ainda garantia na eficácia, eficiência e agilidade da empresa vencedora do certame nas entregas a serem realizadas, garantindo assim, a reposição desejável do estoque em tempo hábil.

19.3. A empresa vencedora deste certame deverá fornecer todo o suporte crucial para o uso da garantia, caso esta seja necessário ser acionada.

**20. MODALIDADE DE LICITAÇÃO:**

20.1. O certame licitatório será realizado nos termos da Lei nº 14.133/21 na modalidade de **Pregão Eletrônico** do tipo **menor preço por item** através do procedimento auxiliar do **Sistema de Registro de Preço** em conformidade com os incisos I e II do art. 3º do Decreto Nº 11.462/2023.

20.2. A modalidade de licitação ora escolhida não só confere maior celeridade ao processo, como também amplia o universo dos potenciais licitantes. Desse modo, entende-se que o interesse público será mais satisfatoriamente atendido mediante a adoção dessa modalidade.

20.3. Para a aquisição em questão não há qualquer necessidade específica a ser atendida. A escolha pode ser feita tão somente com base nos preços ofertados, haja vista serem comparáveis entre si, sem necessidade de avaliação minuciosa.

**21. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE:**

21.1. Adotar-se-á como critério de aceitabilidade de preços o de **menor preço por item**, desclassificando-se as propostas cujos preços o excedam, ou seja, manifestamente inexequíveis.

**22. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO:**

22.1. Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de **menor preço por item**, observadas as especificações definidas neste Termo de Referência.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**23. MODO DE DISPUTA:**

23.1. O modo de disputa a ser realizado será de acordo com o art. 56 da lei nº 14.133/2021.

**24. CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA E CATEGORIA  
ECONÔMICA:**

- 24.1. Projeto Atividade 1085 elemento de despesa 33.90.30 ficha 254.
- 24.2. Projeto Atividade 1087 elemento de despesa 33.90.30 ficha 260.
- 24.3. Projeto Atividade 2042 elemento de despesa 33.90.30 ficha 269.
- 24.4. Projeto Atividade 2043 elemento de despesa 33.90.30 ficha 273.
- 24.5. Projeto Atividade 2051 elemento de despesa 33.90.30 ficha 308.

Novo Horizonte do Oeste RO, 30 de julho de 2024.

**BEATRIZ DOS ANJOS PRATES**  
Coordenador Técnico Financeiro

**LORENA TREVIZANI**  
Secretária Municipal de  
Assistência Social  
Port. Nº 301/2024





# Município de Novo Horizonte do Oeste



63.762.009/0001-50

Av. Elza Vieira Lopes, 4803 Centro

www.novohorizonte.ro.gov.br

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
<b>TERMO DE REFERENCIA SEMAS</b>	<b>01</b>	<b>30/07/2024</b>

ID:	<b>191517</b>	Processo	Documento
CRC:	<b>DBD61355</b>		
Processo:	<b>1-468/2024</b>		
Usuário:	<b>LORENA TREVIZANI</b>		
Criação:	<b>30/07/2024 13:07:18</b>	Finalização:	<b>31/07/2024 12:29:39</b>

MD5: **4F2F646B0EB6009931BD455C11A25B6C**

SHA256: **987508780535B55794B4BA8387E533AC8947246551B5C591677C0F9679E6AFD6**

Súmula/Objeto:

**TERMO DE REFERENCIA SEMAS.**

## INTERESSADOS

SECRETARIA MUN DE SAÚDE			30/07/2024 13:07:18
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	NOVO HORIZONTE DO OESTE	RO	30/07/2024 13:09:09

## ASSUNTOS

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFEÇÃO DE MATERIAS GRAFICOS	30/07/2024 13:07:18
---	---------------------

## ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 LORENA TREVIZANI	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	31/07/2024 12:36:29
---	--	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 227/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.novohorizonte.ro.gov.br](https://transparencia.novohorizonte.ro.gov.br) informando o ID 191517 e o CRC DBD61355.



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DO OBJETO:**

1.1. presente termo de referência tem por objeto Registro de Preços para **Contratação de empresa para Confeções de Materiais Gráficos**, para atender as necessidades dos setores desta Secretaria Municipal de Saúde conforme a **Solicitação de Materiais/Serviços nº 00017/24**.

**2. JUSTIFICATIVA E RESULTADOS ESPERADOS:**

2.1. A **Contratação de empresa para Confeções de Materiais Gráficos** especificados é essencial para continuidade e manutenção dos serviços realizados a todos os setores da Secretaria Municipal de Saúde, tendo em vista sua constante necessidade de material gráfico de uso corrente no administrativo e na dispensação de receitas e exames médicos, como também mapas de produção, panfletos e banners para campanhas de saúde e prevenção de doenças, blocos entre outros. Conforme especificado neste Termo de Referência e modelos em anexo, a presente licitação visa repor e manter o estoque de material gráfico, tendo em vista que tal material é essencial à continuidade e manutenção dos serviços realizados por esta secretaria.

2.2. Esta Secretaria Municipal de Saúde espera como resultado avançar em melhoria de qualidade no atendimento da aos usuários do SUS, melhoria na comunicação institucional, aumento da eficiência das campanhas de saúde, apoio às atividades educativas, o fortalecimento das ações de controle e prevenção de doenças, entre outras atividades advindas da secretaria de saúde.

**3. ESPECIFICAÇÕES:**

3.1. As especificações e as quantidades de material descritos na **solicitação de materiais/serviços de nº 00017/24** se encaixam nas necessidades desta Secretaria Municipal de Saúde.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

3.2. A aquisição do objeto será por nota de empenho autorizada e devidamente assinada pelo secretário da pasta ao preposto indicado pela CONTRATADA, discriminando todas as informações necessárias, de acordo com a solicitação da secretaria.

3.3. Deverão estar incluídos na estimativa de preço todos os tributos, tarifas, emolumentos, encargos sociais e trabalhistas, insumos, contribuições ou obrigações decorrentes da legislação trabalhista, fiscal e previdenciária, além dos custos da execução do objeto.

#### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:**

4.1. Realizar a presente aquisição, de forma a atender a demanda da secretaria municipal de saúde. Sendo assim, a CONTRATADA deverá realizar as entregas em perfeitas condições, não sendo aceitos itens que estiverem em desacordo com as especificações da licitação.

#### **5. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:**

5.1. Trata-se de bens/serviço comum, de natureza contínua, a ser adquirido mediante licitação, na modalidade de **Pregão Eletrônico** do tipo menor preço por item através do procedimento auxiliar do **Sistema de Registro de Preço** em conformidade com os incisos I e II do art. 3º do Decreto Nº 11.462/2023.

#### **6. REQUISITOS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

6.1. A empresa adjudicatária deverá atender ao pedido imediatamente mediante solicitação do item descrito, **de acordo com a nota de empenho** emitido pela CONTRATANTE.

6.2. O fornecedor deverá realizar a entrega do material de acordo com o especificado em Termo de Referência, bem como na solicitação de materiais/serviços vinculada a esta aquisição.

6.3. Deverá entregar sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE, o objeto da licitação, necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados na entrega do objeto licitado, sempre que a ela imputáveis.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

7.1. Como se trata de bem essencialmente comum, portanto de relativa facilidade de ser produzido, não exigindo conhecimentos técnicos de larga escala, a qualificação técnica dos licitantes deverá ser analisada apenas nos aspectos da idoneidade e regularidade fiscal/administrativa, na forma do edital a ser delineado pela CPL, em tudo consoante aos dispositivos legais vigentes.

**8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:**

8.1 A estimativa do valor da presente contratação pode ser observado no anexo II do Estudo Técnico Preliminar vinculado a este Termo de Referência.

**9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

9.1. Entregar o objeto da licitação conforme solicitado e em tempo hábil.

9.2. Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificações exigidas para a contratação.

9.3. Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações sociais e trabalhistas dos seus empregados e outros que venha a contratar para o cumprimento de suas atribuições.

9.4. Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais decorrentes da execução do presente processo licitatórias.

9.5. Apresentar os documentos que comprovem estarem cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na contratação, em especial os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

9.6. Permitir aos servidores credenciados pela CONTRATANTE fiscalizar, acompanhar, controlar, avaliar, recusar, qualquer objeto que não atenda às exigências que lhe forem solicitadas por escrito.

9.7. Entregar, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE, o objeto da licitação, necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados na entrega do objeto licitado, sempre que a ela imputáveis.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

9.8. Responder pelos materiais entregues nos prazos estipulados. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE sobre qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros dados necessários para o recebimento de correspondências.

**10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

10.1. Acompanhar e fiscalizar a entrega, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela.

10.2. Receber provisória e definitivamente o objeto nas formas definidas, certificando as notas fiscais.

10.3. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com a forma e os prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

10.4. Coordenar a entrega do objeto da licitação deste termo, com vistas à sua fiel execução, com amplos poderes para recusá-los ou sustá-los, desde que não estejam de acordo com os termos estabelecidos.

10.5. Notificar à CONTRATADA por escrito a ocorrência de irregularidades na entrega do objeto licitado.

10.6. Fornecer à CONTRATADA as informações e demais elementos pertinentes à execução do presente Termo.

**11. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO:**

11.1. O objeto deverá ser entregue de acordo com as especificações e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

11.2. A entrega do objeto será acompanhada e fiscalizada pela Comissão de Recebimento de Bem, sendo esta devidamente designada por esta Administração, além de um servidor do Almoxarifado Central e pela CONTRATANTE.

11.3. Os representantes da Comissão juntamente com um servidor do Almoxarifado Central sob pena de responsabilização administrativa, anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a aquisição do objeto, determinando o que for necessário à





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

regularização das faltas ou defeitos observados. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos representantes deverão ser solicitadas aos seus superiores, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

11.4. A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e esclarecimentos solicitados.

11.5. A fiscalização não exclui ou reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, nem a exime de manter fiscalização própria.

11.6. Não serão aceitos objetos que estiverem em desacordo com as especificações, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários, sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

## **12. CONDIÇÕES DA ENTREGA DO OBJETO:**

12.1. O objeto deverá ser entregue de acordo com as especificações e exigências estabelecidas neste termo de referencia, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

12.2. A entrega dos materiais deverá ser realizada no Almoxarifado Central deste município, localizado na Av. Vivaldo Carreta, nº 5100, RO 010.

12.3. A empresa adjudicatária deverá atender aos pedidos imediatamente mediante solicitação dos itens descritos, de acordo com a nota de empenho emitido pela CONTRATANTE.

12.4. Nos casos em que se verificarem vícios, erros ou incorreções, na quantidade ou marca dos objetos entregues, o responsável do Almoxarifado Central deverá recusar o recebimento do objeto e a empresa deverá efetuar uma nova entrega com as devidas correções, podendo sofrer sanções caso não seja efetuada dentro do prazo hábil para perfeita continuidade dos serviços públicos.

## **13. ACEITAÇÃO DO OBJETO:**

13.1. O objeto será recebido provisoriamente no almoxarifado central sobe conferência do responsável.







**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

13.2. O recebimento definitivo de cada solicitação será feito pela Comissão de Recebimento de Bens após a verificação da qualidade e quantidade do objeto e consequente aceitação, através da certificação na nota fiscal.

**14. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA:**

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

**15. DO PAGAMENTO:**

15.1. O pagamento será faturado mediante apresentação da ordem de serviço e nota fiscal devidamente certificada pelo fiscal de contrato.

15.2. O prazo de pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados da data da emissão do documento de crédito, isento de erros, e após a aceitação da execução do objeto licitado.

15.3. A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura informações da empresa informando o Banco, a Agência e o número da Conta a ser depositado o pagamento, não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

15.4. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

15.5. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

15.6. Deve acompanhar a Nota Fiscal/Fatura toda a documentação necessária à comprovação de que o contratado mantém-se regular em todas as condições previstas para habilitação no certame tais como:

- A. Certificado de Regularidade do FGTS;
- B. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

C. Certidão Negativa de Tributos Estaduais da Sefin (Finalidade: Outras Transações de Qualquer Natureza com a Administração Pública);

D. Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

E. Certidão Negativa Municipal.

**16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS / PENALIDADES:**

16.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**

b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

d) **Multa:**

1. Moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

2. Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial;

16.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º) Termo de Referência.

16.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

16.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

16.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

16.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º) :





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

16.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

16.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

## **17. DA SUBCONTRATAÇÃO:**

17.1. A empresa contratada se obriga a **não subcontratar**, total ou parcialmente o fornecimento do objeto deste Termo de Referência.

17.2. É vedada a participação de consórcio, uma vez que o objeto a ser adquirido não é considerado de alta complexidade ou vulto.

## **18. VIGÊNCIA:**

18.1. O prazo de vigência será de 12 (doze) meses a partir da data de assinatura da Ata de Registro de Preço.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**19. GARANTIA:**

19.1. O objeto da presente licitação deverá ser entregue com garantia de qualidade dos produtos.

19.2. Requer ainda garantia na eficácia, eficiência e agilidade da empresa vencedora do certame nas entregas a serem realizadas, garantindo assim, a reposição desejável do estoque em tempo hábil.

19.3. A empresa vencedora deste certame deverá fornecer todo o suporte crucial para o uso da garantia, caso esta seja necessário ser acionada.

**20. MODALIDADE DE LICITAÇÃO:**

20.1. O certame licitatório será realizado nos termos da Lei nº 14.133/21 na modalidade de **Pregão Eletrônico** do tipo **menor preço por item** através do procedimento auxiliar do **Sistema de Registro de Preço** em conformidade com os incisos I e II do art. 3º do Decreto Nº 11.462/2023.

20.2. A modalidade de licitação ora escolhida não só confere maior celeridade ao processo, como também amplia o universo dos potenciais licitantes. Desse modo, entende-se que o interesse público será mais satisfatoriamente atendido mediante a adoção dessa modalidade.

20.3. Para a aquisição em questão não há qualquer necessidade específica a ser atendida. A escolha pode ser feita tão somente com base nos preços ofertados, haja vista serem comparáveis entre si, sem necessidade de avaliação minuciosa.

**21. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE:**

21.1. Adotar-se-á como critério de aceitabilidade de preços o de **menor preço por item**, desclassificando-se as propostas cujos preços o excedam, ou seja, manifestamente inexequíveis.

**22. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO:**

22.1. Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de **menor preço por item**, observadas as especificações definidas neste Termo de Referência.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**23. MODO DE DISPUTA:**

23.1. O modo de disputa a ser realizado será de acordo com o art. 56 da lei nº 14.133/2021.

**24. CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA E CATEGORIA ECONÔMICA:**

24.1. Projeto Atividade 2038 elemento de despesa 33.90.39 ficha 388.

24.2. Projeto Atividade 2030 elemento de despesa 33.90.39 ficha 195.

Novo Horizonte do Oeste RO, 24 de junho de 2024.

**KÉZIA LORETTE CALAZAM FERNANDES**  
Diretor Administrativo da Saúde

**LARISSA GEOVANA ROCHA VIANA**  
Secretária Municipal de Saúde  
Port. Nº 362/2024





# Município de Novo Horizonte do Oeste



63.762.009/0001-50

Av. Elza Vieira Lopes, 4803 Centro

www.novohorizonte.ro.gov.br

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
<b>TERMO DE REFERENCIA SEMUSA</b>	<b>01</b>	<b>24/06/2024</b>

ID:	<b>183267</b>	Processo	Documento
CRC:	<b>79A056D7</b>		
Processo:	<b>1-468/2024</b>		
Usuário:	<b>KEZIA LORETTE CALAZAM FERNANDES</b>		
Criação:	<b>24/06/2024 10:17:04</b>	Finalização:	<b>24/06/2024 10:45:02</b>

MD5: **02D5ABAAB60B180B4D9FE2D48A4F8984**

SHA256: **0BB713049A0FF52D3E42315B5425EA32B5234CD5F02BD6CBD81EE0F3196440D6**

Súmula/Objeto:

**TERMO DE REFERENCIA SEMUSA**

## INTERESSADOS

SECRETARIA MUN DE SAÚDE 24/06/2024 10:17:04


## ASSUNTOS

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO DE MATERIAS GRAFICOS 24/06/2024 10:17:04

## ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 KEZIA LORETTE CALAZAM FERNANDES AGENTE ADMINISTRATIVO 24/06/2024 10:45:27

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 227/2020.

 LARISSA GEOVANA ROCHA VIANA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE 24/06/2024 12:30:48

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 227/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.novohorizonte.ro.gov.br](http://transparencia.novohorizonte.ro.gov.br) informando o ID 183267 e o CRC 79A056D7.